

## RESOLUÇÃO Nº 0790/2014 - CJ

Dispõe sobre julgamento do auto de infração nº 22561, em nome da Empresa Santo Antônio Transportes e Turismo Ltda, conforme Processo nº 201100029004564.

A Câmara Setorial de Transportes do Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o disposto no art. 19, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, modificada pela Lei nº 17.268, de 04 de fevereiro de 2011, estabelece que todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados, apresentadas pelo Conselheiro Presidente serão inicialmente, apreciadas e deliberadas pela respectiva Câmara Setorial, cabendo, da decisão desta, recurso ao pleno do Conselho Regulador;

Considerando o disposto na Resolução nº 297, de 27 de dezembro de 2007, do Conselho de Gestão da AGR, que dispõe sobre os procedimentos para regular a imposição de penalidade aos concessionários ou permissionários dos serviços públicos do sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás;

Considerando que o interessado apresentou defesa e, levando em conta a manifestação técnica, a qual é adotada na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando que a Empresa Santo Antônio Transportes e Turismo Ltda, infringiu o art. 12, inciso XXXII da Resolução 297/2007-CG, por trafegar com veículo em serviço com defeito e equipamento obrigatório (parabrisa trincado), no percurso Goiânia/Morro Agudo, foi autuada em 22/07/2011, nos termos do auto de infração nº 22561;

Considerando a decisão da Câmara de Julgamento, em reunião realizada em 27/03/2014,

### R E S O L V E:

Art. 1º Anular o auto de infração nº 22561, em nome da Empresa Santo Antônio Transportes e Turismo Ltda, por constar erro formal na lavratura do auto de infração, com base na Resolução nº 446/2002.

Art. 2º A decisão de que trata o art. 1º desta resolução será objeto de reexame e deliberação pelo Conselho Regulador, nos termos do § 8º, art. 19, da Lei nº 13.569/1999, acrescido pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 27 dias do mês de março de 2014.

Luiz José de Oliveira Júnior  
Coordenador

TJAB